

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT20.008

O PERFIL FORMATIVO DOS DOCENTES DA BASE TÉCNICA NA ESCOLA DE ENSINO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ

Gabriela Pereira Souza¹

Aline Soares Campos²

Danielle Rodrigues de Oliveira³

Daniela Marília Pereira Feitosa Garrido Braga⁴

Sâmia Araújo dos Santos⁵

RESUMO

A educação profissional desempenha um papel necessário na integração dos jovens ao mercado de trabalho, proporcionando-lhes qualificação técnica e habilidades específicas. Os docentes que atuam na base técnica possuem uma função essencial nesse processo, demandando uma compreensão aprofundada do seu perfil formativo para aprimorar a qualidade da educação. Este estudo concentrou-se no perfil dos docentes da Escola Estadual de Ensino Profissional do Ceará (EEEP), identificando as competências pedagógicas e técnicas necessárias para o exercício da docência diante desse contexto. Para tanto, utilizou-se uma metodologia que incluiu revisão bibliográfica e um estudo de caso com questionários *online*, embasando-se em leis educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

1 Mestre em Educação, Coordenadora Escolar, Secretaria da Educação do Ceará profgyby@hotmail.com;

2 Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC, Coordenadora Escolar e Professora na Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE) alinescampos71@gmail.com;

3 Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará - UFC, danifaced@gmail.com;

4 Especialista em Educação Especial e Psicomotricidade, Professora, Secretária da Educação do Ceará danielamfeitosa@yahoo.com.br.

5 Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, Coordenadora Escolar, Secretaria da Educação do Ceará e professora no Mestrado Profissional em Letras na Universidade Federal do Ceará, samiasemear@hotmail.com

Brasileira (LDB), e em autores como Tardif (2014) e Nóvoa (1992). As instituições de ensino pesquisadas foram a EEEP Comendador Miguel Gurgel e a EEEP Maria Angela da Silveira Borges, localizadas em Fortaleza. Os resultados obtidos ressaltam a importância de uma formação sólida tanto na área técnica quanto na pedagógica, com atualização constante em tecnologias e práticas do ensino profissionalizante, além do desenvolvimento de habilidades interdisciplinares. A discussão enfatiza a necessidade de investimentos contínuos em formação, intercâmbio e atualização curricular para fortalecer as competências dos docentes e promover a inovação educacional. A pesquisa evidencia que, apesar de os docentes das Escolas Estadual de Ensino Profissional do Ceará possuírem conhecimentos técnicos e pedagógicos atualizados, é imprescindível um apoio contínuo em formação e valorização profissional para assegurar a qualidade do ensino e impulsionar os avanços na educação profissional.

Palavras-chave: Educação Profissional, Formação Docente, Perfil Docente, Professor Técnico.

INTRODUÇÃO

A educação profissional tem se destacado como um importante instrumento para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, proporcionando qualificação técnica e desenvolvimento de habilidades específicas para diferentes áreas. Nesse contexto, os docentes que atuam na base técnica desempenham um papel fundamental na formação dos estudantes, sendo essencial compreender o seu perfil formativo para promover melhorias no processo educacional.

Este estudo busca analisar o perfil formativo dos docentes da base técnica na Escola Estadual de Ensino Profissional do Ceará, identificando as principais competências pedagógicas e técnicas necessárias para o exercício da docência nesse contexto específico. A análise foi realizada por meio de revisão bibliográfica e por um estudo de caso, *a priori*, utilizando fontes como legislação educacional que fundamentam as bases educacionais da educação profissional e autores para embasar teoricamente, como Tardif (2014), De Carvalho Pena (2016) e Nóvoa (1992), e, posteriormente, análises de respostas dos professores através de um questionário *online* submetido aos docentes da base técnica em 2 Escolas Estadual de Ensino Profissional (EEEP) do Ceará, totalizando a participação de 14 professores, divididos igualmente, atuantes nas duas escolas.

A pesquisa foi realizada nas seguintes escolas: EEEP Comendador Miguel Gurgel, localizada na rua R. José Baíma - Messejana, EEEP Maria Ângela da Silveira Borges, localizada na Av. César Cals, 1180 - Vicente Pinzon, ambas em Fortaleza, Ceará.

Os resultados da pesquisa apontam que, para atuar na base técnica das EEEPs, os docentes necessitam de uma formação sólida tanto na área técnica quanto na pedagógica. Eles possuem conhecimentos atualizados sobre as tecnologias e práticas relacionadas ao ensino profissionalizante, além de habilidades para trabalhar de forma interdisciplinar e promover a integração entre teoria e prática.

Contudo, a discussão sobre o perfil formativo dos docentes nas EEEPs destaca a importância da formação continuada e da valorização profissional para garantir a qualidade do ensino oferecido. Investimentos em programas de formação, intercâmbio de experiências e atualização curricular são fundamentais para fortalecer as competências dos professores e promover a inovação no contexto educacional.

METODOLOGIA

Este estudo trouxe uma revisão bibliográfica com análise de um estudo de caso e aplicação de questionários *online*. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, abrangendo fontes como artigos científicos, livros, legislação educacional e documentos institucionais relacionados à educação profissional, formação de docentes e legislação educacional no Brasil.

As principais bases legais consultadas foram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9394/96, o Plano Nacional de Educação (PNE) regido pela Lei nº 13.005/2014, a Lei nº 11.494/2007 que regulamenta o FUNDEB, além das Resoluções nº 1 e nº 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP 2000), bem como autores relevantes na área de formação de docentes e educação profissional, como Tardif (2014), De Carvalho Pena (2016) e Nóvoa (1992), foram consultados para embasar teoricamente a pesquisa.

Foram selecionadas escolas de Ensino Profissional do Estado do Ceará como cenário para o estudo de caso. O foco principal foi analisar o perfil formativo dos docentes da base técnica dessa instituição, identificando as competências pedagógicas e técnicas necessárias para a efetivação da docência nesse contexto específico. Para esta análise, foi elaborado um questionário estruturado com perguntas direcionadas às competências pedagógicas e técnicas dos docentes da base técnica das ETEPs do Ceará. O questionário foi distribuído aos docentes das ETEPs Comendador Miguel Gurgel e Maria Ângela da Silveira Borges, localizadas em Fortaleza, Ceará, através de plataformas online, contando com a participação de 10 professores, sendo 5 de cada escola.

Os dados coletados foram analisados quantitativamente e qualitativamente, permitindo identificar padrões, tendências e principais necessidades formativas dos docentes da base técnica das ETEPs do Ceará. E os resultados obtidos foram discutidos à luz da literatura revisada, destacando a importância da formação continuada, valorização profissional e investimentos em capacitação para fortalecer as competências dos docentes e promover melhorias no ensino profissionalizante nas ETEPs do estado do Ceará.

REFERENCIAL TEÓRICO

As diretrizes legais, dentro do contexto da formação de professores, ressaltam a importância de normas que direcionem e garantam a qualidade desse

processo. Essas normas podem abranger leis, regulamentos e políticas educacionais que definem os requisitos e os padrões mínimos para a capacitação de profissionais da área educacional. A presença dessas diretrizes legais contribui para assegurar uma uniformidade e consistência nos programas de formação, ao mesmo tempo em que orienta as instituições de ensino superior e outros órgãos envolvidos na educação.

É crucial considerar que a formação de professores vai além da simples transmissão de conhecimentos teóricos; ela deve englobar práticas pedagógicas, estágios supervisionados e vivências que preparem os futuros educadores para os desafios reais encontrados em sala de aula. A preparação adequada dos professores não apenas afeta a qualidade do ensino oferecido, mas também tem um impacto direto no desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos alunos.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9394/96, em seu artigo 61, traz os critérios necessários para o exercício da docência, em especial incisos IV e V:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades (Brasil, 1996).

Conforme o Artigo 61, Inciso IV, do qual se destaca que os professores que possuem as habilidades necessárias podem lecionar de acordo com sua especialidade. Este ponto foi acrescentado pela Lei número 13.415 de 2017. No entanto, esse inciso impõe uma restrição, “exclusivamente para atender ao inciso V do caput do artigo 36”, também incluído pela mesma legislação, que se refere ao cumprimento da “formação técnica profissional”.

Dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especificamente no Artigo 62, é estabelecido que a formação de professores para atuar na educação básica deve ser realizada em nível superior, em cursos de licenciatura plena. Admite-se, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, aquela oferecida em nível médio, na modalidade normal. Esta norma também foi introduzida pela Lei número 13.415 de 2017.

Portanto, a própria legislação educacional brasileira regula a necessidade de uma formação com competência pedagógica de nível superior. Além disso, no parágrafo 2º deste mesmo artigo, reforça-se a importância da formação contínua e da capacitação dos professores, sendo essa responsabilidade compartilhada entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios, conforme determinado pela Lei número 12.796 de 2013.

O Plano Nacional de Educação (PNE), que foi estabelecido pela Lei nº 13.005/2014, é um documento de extrema importância para direcionar as políticas educacionais em todo o território brasileiro. Dentro do PNE, um dos temas cruciais é a valorização e capacitação dos profissionais que atuam na área da educação, especialmente os professores. A meta 16 do PNE trata especificamente da formação continuada dos docentes, definindo diretrizes essenciais para aprimorar o corpo docente no país. Esta meta destaca a relevância da formação em nível pós-graduado, com o objetivo de qualificar 50% dos professores da educação básica até o último ano de vigência do PNE, que é 2024. Isso evidencia o reconhecimento da importância de uma qualificação mais avançada para os educadores.

Em paralelo ao Plano Nacional de Educação, o Estado do Ceará promulgou a Lei nº 16.025, de 30 de maio de 2016, que estabeleceu o Plano Estadual de Educação (PEE). Dentro do PEE, foram estipuladas metas e estratégias para o período de 2016 a 2024. No artigo 3º desta legislação, é possível observar que as diretrizes IV e VIII têm um enfoque direto na melhoria da qualidade do ensino e na valorização dos profissionais da educação, respectivamente.

A menção explícita às estratégias 3.11, 3.13 e 3.14, que tratam da formação dos profissionais que atuam no ensino médio, incluindo aqueles que trabalham no período noturno e lidam com alunos com necessidades especiais, revela uma abordagem abrangente. Isso demonstra o reconhecimento da complexidade do ensino médio, considerando não apenas a diversidade de conteúdos, mas também as particularidades dos alunos e os contextos de aprendizagem em que estão inseridos.

Já a Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o FUNDEB, em seu Art. 22º, elencados pela Resolução nº 1, de 27 de março de 2008, define os profissionais do magistério, sendo eles:

- I – Habilitados em cursos de licenciatura plena e em Programas Especiais de Formação Pedagógica de Docentes;
- II – Pós-graduados em cursos de especialização para formação de docentes para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estruturados por área de habilitação profissional;
- III - Graduados bacharéis e tecnólogos com diploma de Mestrado ou Doutorado na área do componente curricular da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Brasil, 2008, p. 1).

De acordo com essas disposições legais, é evidente que a formação dos professores tem sido enfatizada nas normativas, tornando-se um tema relevante nas políticas públicas educacionais, especialmente no contexto da educação técnica e profissional. Isso é evidenciado pela atribuição aos Institutos Federais, reconhecidos como instituições de ensino superior, para oferecer educação profissional técnica e tecnológica em diversas áreas do conhecimento, conforme estabelecido pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Os conhecimentos necessários para o exercício da docência, como destacado por Tardif (2014), são adquiridos no dia a dia da sala de aula, ou seja, é no contato direto com os alunos que os professores obtêm as habilidades essenciais para conduzir as atividades pedagógicas.

As Resoluções nº 1 e nº 2 do Conselho Nacional de Educação, datadas do Conselho Pleno de 2002 (CNE/CP 2000), estabelecem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, com cursos de licenciatura de graduação plena, definindo também a duração e a carga horária desses cursos. Essas resoluções enfatizam a importância da formação docente, reconhecendo que essa formação se dá não apenas na teoria,

mas também na prática, por meio de formações pedagógicas nas escolas e atividades complementares de formação continuada.

Conforme ressaltado por Tardif (2014), o conhecimento profissional é adquirido através da experiência prática, do contato com a realidade do trabalho e da interação com outros profissionais, num processo amplo de socialização profissional. Portanto, é fundamental que os professores estejam preparados para enfrentar os desafios da docência, tanto em relação ao conteúdo quanto às dificuldades que possam surgir ao lidar com turmas numerosas, como é o caso das escolas estaduais do Ceará, que geralmente têm cerca de 40 alunos por turma (Ceará, 2024).

A base técnica das Escolas Estaduais de Educação Profissional é composta por mais de 1300 professores distribuídos nas 131 EEEPs (Ceará, 2024). Segundo informações da Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP), esses docentes possuem formações variadas, sendo técnicos, graduados, especialistas, mestres e doutores (Ceará, 2024). O número de professores está diretamente ligado à quantidade de turmas que as EEEPs oferecem. Além dos professores, a base técnica inclui um coordenador de curso e orientadores de estágio.

De acordo com a COEDP, a maioria dos professores da área técnica possui formação acadêmica em nível superior, incluindo especializações. No entanto, uma parcela desses professores possui apenas formação técnica. Esse cenário levanta questionamentos sobre a possibilidade de atuação docente com formação técnica, sem a licenciatura exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ou mesmo sem qualquer graduação ou complementação pedagógica.

No Estado do Ceará, há uma parceria entre a Secretaria de Educação (SEDUC) e o Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC). A seleção pública de professores é realizada anualmente pelo CENTEC, que publica editais, organiza a documentação e formaliza os contratos. O CENTEC também é responsável por ajustar a lotação e os pagamentos dos professores de acordo com a demanda da SEDUC. Os professores são contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e recebem por hora-aula.

A distribuição dos professores é feita semestralmente com base em uma demanda enviada pela SEDUC, e posteriormente a secretaria é informada sobre a distribuição dos docentes por meio de uma planilha, atendendo às necessidades existentes.

Segundo informações da COEDP, embora haja uma maioria de professores com formação acadêmica em nível superior, ainda existem professores apenas

com formação técnica. Isso ressalta a urgência de qualificação, especialmente em uma modalidade que demanda habilidades específicas, principalmente nas áreas pedagógicas, metodológicas e didáticas, conforme mencionado por De Carvalho Pena (2016, p. 81).

A prática da docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) apresenta desafios que exigem dos professores conhecimentos que permitam uma formação mais abrangente do que apenas o treinamento técnico. É necessário um direcionamento educacional que atenda às demandas do contexto atual.

A partir da análise do Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, do Documento Curricular Referencial do Ceará, e dos ensinamentos de Maurice Tardif em sua obra Saberes Docentes e Formação Profissional, publicada em 2014, é possível inferir os conhecimentos e estruturas relacionados à implementação da educação profissional e tecnológica tanto a nível nacional quanto no contexto específico do estado do Ceará.

Segundo Tardif (2014, p. 11), a compreensão dos saberes está intrinsecamente ligada à prática. Para o autor, “o saber é sempre o saber de alguém que trabalha em algo com o objetivo de alcançar um determinado fim”.

Nesse contexto, enfatiza-se a importância de compreender o processo em curso para essa modalidade de ensino no estado do Ceará, bem como as conexões com a formação inicial dos professores da base técnica. Além disso, é essencial entender as possibilidades e trajetórias para o aprimoramento das formações continuadas, visando compreender os efeitos da formação dos alunos que estão concluindo sua última etapa da educação básica nas Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa aplicada por questionário eletrônico conta com respostas dos 10 docentes participantes. O estudo desenha o perfil docente dos professores que atuam na base técnica das EEEP's. Estes profissionais são responsáveis pela formação dos cursos profissionais integrados ao ensino médio dos estudantes.

A primeira seção do questionário online versava sobre a identificação do professor, seguida da carta de aceite de cada docente. Continuamente, deu-se a seção que descreve o perfil formativo dos professores. Sendo esta a seção que justifica este estudo. Inicialmente foi questionado a formação inicial de cada participante, conforme tabela 01 abaixo:

Tabela 1: Formação Inicial Professores Pesquisados

BASE	CURSO REALIZADO	QUANTIDADE DE PROFESSORES
Base Técnica	Administração de Empresas	02
Base Técnica	Analista de Sistema	01
Base Técnica	Ciências Contábeis	02
Base Técnica	Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	01
Base Técnica	Engenharia Elétrica - Eletrotécnica	01
Base Técnica	Engenheiro em Telecomunicações	01
Base Técnica	Tecnologia em Mecatrônica Industrial	01
Base Técnica	Ciências da Computação	01

Fonte: Elaborada pelas Autoras, 2024.

Para compreender este perfil dos professores, é necessário contextualizar os cursos ofertados, em que os professores atuam nas duas instituições escolares. Na EEEP Maria Ângela da Silveira Borges é ofertado os cursos: Administração; Logística; Portos; Petróleo e Gás; e, Mineração. Os professores que participaram da pesquisa nesta escola são dos Cursos de Informática, Administração e Petróleo e Gás. Enquanto na EEEP Comendador Miguel Gurgel ofertam os cursos: Contabilidade; Multimídia; Desenvolvimento de Sistema; Redes; e, Informática.

Nesta seara, entende-se que a formação inicial destes profissionais são correlacionados às áreas afins dos cursos em que lecionam. A análise deste quadro é extremamente importante, pois possibilita a reflexão sobre a grade curricular em que os professores podem atuar nos cursos técnicos das EEEPs.

Observa-se, assim, que formados em Administração de Empresas e Ciências Contábeis lecionam nos cursos de Administração e de Contabilidade. Enquanto os docentes graduados em Análise de Sistema, Engenharia Elétrica - Eletrotécnica, Ciências da Computação e Tecnologia em Mecatrônica Industrial podem atuar em cursos de Tecnologias da Informação, e por fim, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e Engenharia em Telecomunicações atuam em cursos de Multimídia.

Posteriormente foi questionado sobre o maior nível de formação acadêmica dos professores pesquisados. Das 10 respostas obtidas, 5 professores já possuem mestrados, 1 professor com doutorado concluído, 3 especialistas, e apenas 1 deles concluiu a graduação.

Também foi indagado aos professores quais os cursos de formação continuada que eles participam ou participaram. Os docentes responderam que estão em constante capacitações, dentre elas, pontuam: palestras, oficinas, webinários, simpósios, congressos, seminários, oficinas e workshops.

Ao serem questionados sobre os desafios de exercer a função docente e ser estudante concomitantemente, eles pontuam que se manter atualizados em formação continuada, “é um processo árduo, devido às várias disciplinas, e que seria interessante o aumento de carga horária para planejamento, uma vez que, melhoraria a qualidade do ensino” (Professor A). Ademais, acrescentam que “os desafios são comuns, tais quais: carga horária de 9h/a; salas com número excessivo de alunos; e os demais desafios, pedagógicos e resistência do ensino tradicional” (Professor B). Por fim, eles apontam que “um professor em constante transformação, alinhado aos conhecimentos teóricos e práticos com a necessidade do mercado de trabalho, quem saem beneficiados são os alunos em educação profissional” (Professor C).

Com base nas informações apresentadas, é evidente que a formação inicial dos professores está intimamente ligada às áreas em que lecionam, o que levanta questões importantes sobre a estrutura curricular dos cursos técnicos. A pesquisa revelou que muitos desses profissionais buscam aprimoramento constante, participando de diversas atividades de formação continuada. No entanto, enfrentam desafios significativos, como a carga horária extensa e as limitações do modelo tradicional de ensino. Mesmo diante dessas dificuldades, os professores destacam a importância de se manterem atualizados e alinhados às demandas do mercado, visando sempre a melhoria da qualidade do ensino e o benefício dos alunos na educação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do perfil formativo dos docentes da base técnica nas Escolas de Ensino Profissional do Estado do Ceará revelou aspectos cruciais para o desenvolvimento e aprimoramento do ensino profissionalizante. Os resultados destacaram a importância da formação sólida tanto na área técnica quanto na pedagógica para os professores que atuam nesse contexto específico. A correlação entre a formação inicial dos docentes e as áreas dos cursos ofertados evidenciou a relevância de alinhar as competências dos professores com as demandas dos cursos técnicos.

A pesquisa também evidenciou o compromisso dos docentes com a formação continuada, demonstrando uma busca constante por aprimoramento e atualização. A participação em diversas atividades de formação, como palestras, oficinas e webinários, ressaltou o engajamento desses profissionais em acompanhar as transformações e demandas do mercado de trabalho, visando sempre a qualidade do ensino oferecido aos alunos.

Contudo, os desafios enfrentados pelos professores, como a carga horária extensa e as limitações do modelo tradicional de ensino, apontam para a necessidade de investimentos em políticas educacionais que valorizem a formação docente e incentivem a inovação pedagógica. O aumento de carga horária para planejamento, por exemplo, foi mencionado como uma medida que poderia contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.

Nesta perspectiva, a pesquisa destaca a importância de compreender e valorizar o perfil formativo dos docentes da base técnica nas Escolas de Ensino Profissional, reconhecendo seu papel fundamental na formação dos estudantes e na promoção da educação profissional de qualidade. O investimento em programas de capacitação, a atualização curricular e o apoio institucional são essenciais para fortalecer as competências dos professores e garantir uma educação profissional alinhada às exigências do mercado e às necessidades dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 dez. 2022.

_____. Parecer CNE/CEB nº 33/2000, aprovado em 7 de novembro de 2000 - Novo prazo final para o período de transição para a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2000. Acesso em: 07 abr. 2024.

_____. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002: Institui a duração e carga horária dos cursos de licenciatura de graduação plena e de formação de professores da educação básica em nível superior. **Diário Oficial da União**,

Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

_____. Lei nº 11.494 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. Presidência da República. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 96–112, 2015. DOI: 10.15628/rbept.2009.2954. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2954>. Acesso em: 7 abr. 2024.

_____. Lei Nº 12.796, de abril de 2013. Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**. Acesso em: 07 de abr. 2024.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso: 25 abr. 2023.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Portal da Legislação**, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 07 abr. 2024.

CEARÁ. LEI N.º 16.025, DE 30.05.16 (D.O. 01.06.16). Dispõe sobre o Plano Estadual De Educação (PEE). (2016/2024). **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Ceará, Brasil. Acesso em: 07 de abr. 2024.

CEARÁ. 2024. Secretaria de Educação do Ceará. Seduc. Educação profissional. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/?option=com_content&view=article&id=192%3ALista-escolas&catid=10%3Aservicos&Itemid=344. Acesso em: 07 abr. 2024.

DE CARVALHO PENA, Geralda Aparecida. Prática docente na educação profissional e tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores de cursos técnicos. **Formação Docente—Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 8, n. 15, p. 79-94, 2016. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbfp/article/view/142>. Acesso em: 02 abr. 2023.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa, Dom Quixote, 1992.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.